



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TERCEIRA (03ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Terceira (03ª) Sessão Extraordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 03 (três), de 2015. Às 23h07, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, submetendo à apreciação do Plenário EM SEGUNDO TURNO: **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de valor e de classe salarial de empregos que especifica, do quadro de pessoal da administração direta e dando outras providências”; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 03/2015, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo valores de adicional de periculosidade aos servidores da Administração direta e da indireta que utilizam motocicleta e dando outras providências”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2015, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”** e, conforme § 2º do Artigo 117 do Regimento Interno vigente, facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Como os inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros, Luzia C. C. Nogueira, Dayane Amaro Costa, Cinoê Duzo, Marcos Bento Alves de Godoy, Daniel Gasparini dos Santos, Luiz Antônio Guarnieri e Osvaldo Quaglio, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Jorge Setoguchi, que na sessão anterior, tinha sido citado pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Como fui citado pelo vereador, quero dizer que estou indignado com o baixo índice de aumento do funcionalismo, porque nem a correção monetária foi aplicada no índice de reajuste”, citou e concluiu. Também fez uso da palavra, na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares, que também falou sobre o aumento salarial



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concedido ao funcionalismo público. “Nós não discutimos valores do funcionalismo, apenas votamos aquilo que o Prefeito propõe, mas louvo a atitude, porque concedeu adicionais de periculosidade aos funcionários que utilizam motocicletas, portanto, parabenizo o prefeito, pela iniciativa”, declarou. Como os próximos inscritos, Vereadores Laércio Rocha Pires e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este manifestou a sua opinião e levantou uma dúvida que o intrigava. “Semana passada, ouvimos aqui denúncias de ligações anônimas, ameaçadoras e eu não entendo uma coisa, sem defender ninguém, mas o vereador tem que ter, no mínimo, dois celulares para gravar a conversa, a qual gravou, e, mesmo assim, ser ninja; quando uma pessoa é ameaçada, o opressor não envolve o nome de terceiros, mas concordo, que eu também iria até a Delegacia de Polícia, então, como foi que o vereador conseguiu gravar, se foi pego de surpresa? Coloco em xeque, porque me perguntei, a semana inteira, como conseguiu atender e ao mesmo tempo gravar, e a pessoa o ameaçou, dando nomes? Eu estou achando que estão valorizando muito esta comissão processante”, discursou e finalizou sua fala. Nada mais a ser tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 23h18, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM